

The Carter Center – Missão de especialistas para as eleições de 2022 no Brasil

k



One Copenhill
453 John Lewis Freedom Parkway
Atlanta, Georgia 30345
www.cartercenter.org

Sumário

k	5
#	7
Os candidatos à eleição presidencial de 2022	8
Quadro legal eleitoral e administração eleitoral	11
Quadro legal eleitoral	11
)	11
- # u	12
O papel dos militares no processo eleitoral	14
Teste de integridade e projeto-piloto com biometria	15
@	16
h	16
Reclamações, apelações e o papel do Procurador-geral da República	17
Aumento de gastos públicos e uso de recursos públicos durante a campanha	17
.	19
†	20
Eleições e inclusão	20
Tecnologia eleitoral	22
\	22
U	23
O TSE tem a total propriedade do sistema	23
\	24
Foco nas auditorias do sistema	25
k -fonte	26
u uho u	27
Lacração do código-fonte	28
u	28
Projeto-piloto do teste de integridade com biometria	29
.	

Assim, a decisão do TSE de convidar um grande número de organizações internacionais para observar as eleições fez parte de um conjunto maior de respostas aos desafios eleitorais. O Brasil tem um histórico muito recente de convites a missões de observação eleitoral. A primeira missão internacional desse tipo foi a missão de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos, convidada para observar a eleição presidencial de 2018. A primeira missão de observação por cidadãos brasileiros foi conduzida para as eleições municipais de 2020, quando a ONG Transparência Eleitoral Brasil alocou observadores. Em 2022, o TSE convidou nove missões internacionais⁵ e autorizou oito grupos de observação formados por cidadãos brasileiros.⁶

Em 31 de maio, o TSE organizou uma sessão informativa híbrida sobre as eleições de 2022 para embaixadas autorizadas no Brasil. Os representantes do The Carter Center participaram da sessão, assim como as seguintes organizações internacionais: Organização dos Estados Americanos (OEA), Unión Interamericana de Organismos Electorales (UNIORE), International Institute of Democracy and Electoral Assistance (IDEA), International Foundation for Electoral Systems (IFES), Rede dos Órgãos Jurisdicionais de Administração Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ROJAE-CPLP), Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe (COPPAL), Red Mundial de Justicia Electoral (RMJE) e Parlamento del Mercosur (ParlaSur), dentre outras.

K • v] š } • o] } %o Œ •] v] o î î î

oposição.²⁰ Ele aumentou em 70% a quantidade de militares no poder executivo, incluindo o vice-presidente, General Hamilton Mourão.²¹ Em diversos momentos, ele também sugeriu a possibilidade de um autogolpe para permanecer no poder.²²

Enquanto Bolsonaro buscava a reeleição, Lula da Silva, que havia sido solto em 2019, teve as acusações contra si anuladas em 2021²³ e estava apto a concorrer novamente à presidência. O foco da campanha de 2022 de Lula da Silva foi relembrar que o país viveu um momento econômico melhor durante sua presidência (2003-2010). Lula também lembrou os eleitores de que, durante seu governo, o Brasil teve um papel internacional de destaque em grupos multilaterais como BRICS e UNASUR, além de pleitear uma cadeira permanente no Conselho de segurança da ONU. Na época em que Lula deixou o cargo, o Brasil tinha a sexta maior

Como mencionamos anteriormente, antes das eleições, a maior pressão vinha da crescente desconfiança com relação ao sistema eletrônico de votação. Em resposta a essa desconfiança e no intuito de aumentar a transparência, o TSE instituiu diversas novas e importantes medidas para as eleições de 2022, dentre elas: aprovação das atividades de observação eleitoral; o Plano de Ação para Ampliação da Transparência do Processo Eleitoral da Comissão de Transparência Eleitoral (Portaria TSE nº 578 de 8 de setembro de 2021, que institui a Comissão de Transparência das Eleições Observatório da Transparência das Eleições (COTE)). Dentre as inovadoras medidas adicionais que o TSE implementou em 2022, estão a criação de um banco de dados do financiamento político, um chatbot para responder a dúvidas sobre a Justiça Eleitoral (TiraDúvidas da Justiça Eleitoral) aplicativo para recebimento de reclamações i-1.E .5 0.9

papel importante. Candidatos mais engajados poderiam auxiliar no acompanhamento das eleições, exercendo seus direitos de reclamação e apelação e acrescentando uma camada de segurança jurídica e validação ao processo eleitoral. Esse papel teria sido especialmente útil no processo eleitoral de 2022. Da forma semelhante, a missão do TCC considerou que outras autoridades públicas que têm função legal de fiscalização, como o Procurador-geral da República, também não desempenharam integralmente seu papel de supervisão (veja abaixo).

A missão do TCC recomenda que as disposições legais detalhem melhor o direito que os partidos políticos têm de acompanhar efetivamente todos os estágios de desenvolvimento do sistema eletrônico de votação. Os partidos políticos devem aproveitar todas as oportunidades que a Justiça Eleitoral oferece com relação à tecnologia de votação e que contribuam para a robusta legitimidade e o aprimoramento do sistema de votação.

Z o u • • U %o o • • } %o %o P o CE } o W CE Z %CE o } CE

O direito a um recurso efetivo em caso de violação de direitos ou liberdades individuais é uma das bases do Direito Público Internacional.⁵⁵

Para compreender melhor o processo legal referente às reclamações, a missão de especialistas do The Carter Center reuniu-se com várias partes interessadas especializadas na legislação eleitoral e nas práticas litigiosas, incluindo advogados eleitorais, partidos políticos, a Ordem dos Advogados do Brasil, representantes do Ministério Público, organizações da sociedade civil e grupos de observação eleitoral, dentre outros.

A legislação brasileira prevê diversos mecanismos para o atendimento de reclamações e apelações dentro do período eleitoral. A Lei das Eleições⁵⁶ prevê mecanismos de atendimento de reclamações e apelações relacionadas à contagem de votos. Esses mecanismos

A legislação brasileira limita os gastos públicos antes das eleições; essa limitação inclui aumentos salariais e outros pagamentos destinados a funcionários públicos, novos programas e outras ações similares. Essas medidas têm o objetivo de prevenir ações abusivas que possam favorecer candidatos em exercício no cargo ou pessoas relacionadas a eles.

A missão do The Carter Center conversou com várias partes interessadas que tinham conhecimento dos problemas envolvendo gastos públicos e consideravam que o processo eleitoral brasileiro de 2022 havia sido marcado pelo amplo

Em suma, houve diversas situações em que o uso de recursos públicos durante a campanha eleitoral presidencial de 2022 contrariava as normas internacionais. Embora seja comum em democracias de todo o mundo que candidatos em exercício se beneficiem do fácil acesso ao maquinário público, os casos que ocorreram durante a eleição de 2022 no Brasil parecem constituir um abuso de recursos públicos que ultrapassa o que normalmente ocorre em um processo eleitoral.

••} μ v]À Œ• o } À}š}W } š •} Œ šŒ v•%o}Œ š %o• o] }

As normas internacionais de eleições democráticas determinam que as eleições devem se basear em e promover o voto universal para o grupo de eleitores mais abrangente possível.⁶⁷ Para tanto, é fundamental o direito de ir e vir livremente no território⁶⁸, até mesmo para que os eleitores possam chegar às urnas. Dependendo do contexto local, isso engloba a capacidade de trafegar sem obstáculos ou coerções de qualquer tipo, incluindo violência física e emocional.⁶⁹ Um direito relacionado é o direito à segurança pessoal, e as forças de segurança podem ter um importante papel na garantia de que os cidadãos possam desfrutar desse direito.⁷⁰

No Brasil, ainda existem obstáculos significativos que impedem o acesso universal ao direito ao voto, especialmente para os mais vulneráveis economicamente. O debate a respeito da gratuidade do transporte público no dia da eleição demonstra alguns dos desafios que impedem o acesso dos mais pobres e vulneráveis às sessões eleitorais. A questão ganhou destaque em 29 de outubro, um dia antes do segundo turno das eleições, quando o comandante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) anunciou uma

s } š } } Œ] P š • Œ] } À } š } v š] % } }

Os tratados internacionais determinam que as eleições sejam realizadas por sufrágio universal. As bases interpretativas indicam que quaisquer limitações impostas ao sufrágio universal no contexto do registro de eleitores precisam ser baseadas em critérios objetivos e razoáveis. Esses critérios incluem local de residência, cidadania, possível condenação criminal e exigência de idade mínima. Nos locais em que a elegibilidade ao voto é determinada pelo cadastro de eleitores, os princípios do sufrágio universal requerem a promoção da participação ampla. A participação de eleitores elegíveis no processo de cadastro não deve ser inibida, e devem ser removidas barreiras técnicas desnecessárias à participação de eleitores elegíveis qualificados, incluindo prazos excessivamente curtos. Além disso, o cadastro de eleitores deve ser gratuito. As bases da prática estatal indicam que o Estado pode facilitar a votação de diversas formas, incluindo o voto à distância e o voto antecipado.

No Brasil, o voto é obrigatório. Eleitores que não votam nem justificam sua ausência em três eleições seguidas têm o título de

sendo disputados, em ordem, e digita o código numérico do candidato escolhido para cada cargo. Assim que o eleitor digita o número, são exibidas a foto e a descrição do candidato. Se estiverem corretas, o eleitor confirma o voto e segue para o próximo cargo. Caso haja algum erro, o eleitor pode corrigir o número digitado. Após a confirmação da escolha para o último cargo, a urna exibe a mensagem "FIM", e o processo é concluído.

D } ÿ À } • %o Œ] v š Œ } μ } À } š } o š Œ € v]

O TSE alega que o principal motivo para a adoção do sistema eletrônico de votação no Brasil foi a necessidade de implantar medidas de segurança para prevenir fraudes.⁸¹ As fraudes eram preocupações e problemas constantes no antigo sistema baseado em papel, que esteve em vigor até meados dos anos 90.⁸² Embora as fraudes tenham sido frequentes por muitos anos, um caso de fraude especialmente significativo foi descoberto no Rio de Janeiro durante as eleições presidenciais de 1994 e motivou o fim das cédulas de papel. As novas urnas eletrônicas eliminaram o papel do processo de contagem e totalização; conseqüentemente, muitos dos esquemas "convencionais" de fraude também foram eliminados. Após a adoção da votação eletrônica, os incidentes de fraudes diminuíram significativamente. A votação eletrônica também facilitou a participação dos eleitores.

Como no Brasil não existem listas partidárias, as eleições para deputados federais e estaduais podem ter centenas ou até milhares de

conseguem cumprir mais facilmente os principais requisitos técnicos que são considerados práticas recomendadas internacionais.⁸⁵

No Brasil, o TSE iniciou seu sistema eletrônico de votação com o suporte de fornecedores, mas em 2006 decidiu assumir a propriedade total do sistema e realizar internamente todo o desenvolvimento do software. A transição para componentes de software de código aberto (Linux) foi iniciada e concluída em 2008. O hardware da urna eletrônica é fabricado por fornecedores terceirizados de acordo com os projetos elaborados pelo TSE. O controle do hardware e do software permitiu que o TSE atuasse com grande flexibilidade e independência e definisse todos os aspectos de suas auditorias e inspeções para as partes interessadas, sem a interferência de fornecedores.

K %o • • •] P v } •] • š u š o Z %o o } } u %o Œ } À v š u %o %o

Recentemente, em 2019, foi apresentada outra proposta de comprovante em papel, mas ela foi rejeitada pelo Congresso em 2021.⁹³

& } } v • μ] š } Œ] • } •] • š u

As práticas recomendadas internacionais enfatizam a necessidade de, antes das eleições, submeter o sistema de votação a um conjunto completo de testes e experimentos transparentes e observáveis.⁹⁴ Esses testes são acompanhados por uma série de procedimentos frequentes de atualizações e correções do software que é utilizado nas eleições eletrônicas, visando a transparência e a integridade do sistema.⁹⁵ No caso do TSE, com a indisponibilidade de um sistema VVPAT, o que impossibilita uma recontagem de votos independente das urnas eletrônicas, a integridade do voto depende integralmente da integridade da própria urna eletrônica. Isso aumenta a importância e a necessidade dos testes para garantir o funcionamento correto do sistema. Caso a máquina registre a escolha do eleitor incorretamente – seja por erro, mau funcionamento ou manipulação – não será possível recuperar a intenção original do eleitor. A situação só seria resolvida com a repetição das eleições nas sessões eleitorais onde estavam as urnas afetadas, possivelmente por meio do voto em papel.

Demonstração de hardware nas instalações do TSE. O TSE tem a propriedade completa do hardware e do software.

de desenvolvimento de software. Os resultados dessas auditorias, com as sugestões de melhorias do TCU, são informações disponibilizadas publicamente.

Além disso, o TSE deve ser capaz de proteger a integridade do sistema contra ataques maliciosos e provar efetivamente a segurança dele para as partes interessadas não vinculadas ao TSE. O tribunal tem implantado um abrangente conjunto de testes e procedimentos de auditoria na tentativa de oferecer essa proteção e vem aprimorando-os ao longo dos anos em resposta a críticas e sugestões das partes interessadas. O esquema de auditoria atual investe na participação de diferentes instituições e organizações, o que aumenta a quantidade de partes interessadas autorizadas a participar do processo e visa a transparência no processo de desenvolvimento de software. Os requisitos internacionais dos sistemas eletrônicos de votação estabelecem como um dos seus princípios globais a transparência no processo de tomada de decisões com relação à tecnologia.⁹⁷

Os principais componentes do esquema de auditoria do TSE são:

- Revisão do código-fonte
- Teste público de segurança (TPS)
- Cerimônia de lacração do código-fonte
- Teste de integridade/exercício de voto paralelo no dia da eleição
- Auditoria do boletim de urna durante e após o dia da eleição

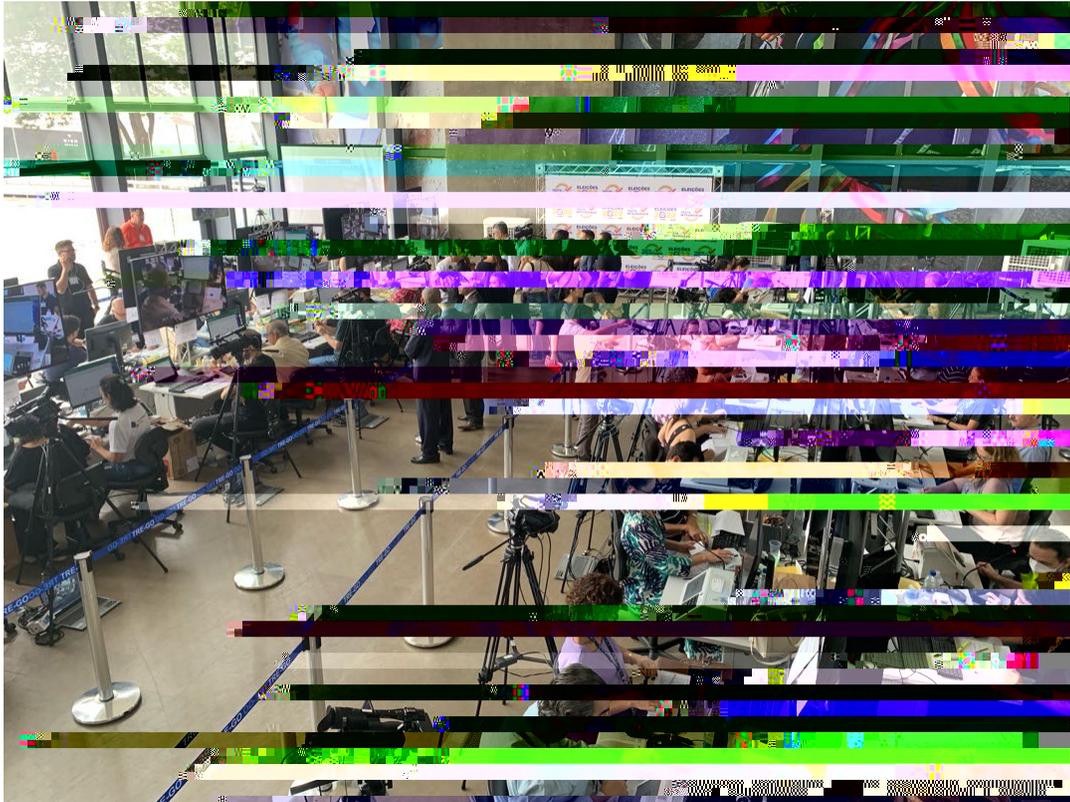
Por fim, é importante observar que, uma vez que não há backup dos votos em papel, não existem disposições referentes a auditorias de limitação de risco ou recontagens parciais após o dia da eleição. Além disso, não existem procedimentos claros caso o teste de integridade ou as auditorias do boletim de urna detectem discrepâncias não motivadas por erro do operador. Em entrevistas dadas à missão de especialistas do The Carter Center, os funcionários do TSE e dos TREs demonstraram total confiança nas urnas eletrônicas e no sistema como um todo e afirmaram ser muito improvável que as urnas apresentem qualquer mau funcionamento. Nesse sentido, o TSE vê as auditorias principalmente como medidas de construção de confiança.

avaliadores individuais devem ser aprovados pelo TSE, e os aprovados só podem examinar o código-fonte em uma sala especial protegida na sede do TSE. As ferramentas de software disponibilizadas aos avaliadores limitam-se a pacotes de análise estática e devem ser aprovadas previamente pelo TSE; o código-fonte não pode ser compilado nem executado. São permitidas apenas anotações escritas à mão, e todos os avaliadores devem assinar acordos de confidencialidade que limitam a divulgação de quaisquer conclusões fora do TSE. Reconhecendo que essas regras de auditoria limitam uma revisão efetiva, em 2022 o TSE firmou acordos especiais de cooperação com três universidades. Os acordos permitiam que elas examinassem o código-fonte em suas próprias instalações, conforme os próprios termos e usando as ferramentas de sua escolha (mais detalhes a seguir).

Os auditores devem relatar ao TSE quaisquer problemas antes da cerimônia de lacração do código-fonte, e o TSE é obrigado a responder dentro de 10 dias. Fica a exclusivo critério do TSE modificar ou não o sistema em respostas aos problemas relatados pelos auditores.

Conforme observamos anteriormente, a edição 2021-2022 da revisão do código-fonte foi marcada por uma significativa tensão política devido à participação dos militares. Os partidos políticos iniciaram sua análise do código-fonte tardiamente no processo e, de forma geral, limitaram a implantação pelos auditores a poucos dias. Nem todos os partidos participaram. Embora os representantes de partidos políticos tenham dito à missão de especialistas do The Carter Center que o baixo nível de participação refletia a confiança implícita deles no sistema, também é possível que em parte isso se deva à falta de auditores qualificados.

o direito de selecionar determinadas sessões eleitorais para a auditoria. Anteriormente, o tamanho da amostragem era de duas urnas eletrônicas por estado. No entanto, após o questionamento da metodologia estatística que estabelecia esse número, ele foi aumentado, num primeiro momento para 100 urnas (3 a 5 por estado, dependendo do número de zonas eleitorais no estado). Para o teste de integridade de 2022, o número foi elevado novamente para 641 urnas, com base em uma revisão da metodologia estatística.



Teste de Integridade padrão acontecendo no TRE-GO (Goiânia). Servidores do TRE são gravados votando ao longo do dia em máquinas aleatoriamente sorteadas no dia anterior. O voto é gravado em vídeo e também contabilizado em um computador independente. O teste é público e qualquer um pode observar. Ao final do dia, o boletim de urna e a contagem paralela realizada no computador devem coincidir. Caso não aconteça, os servidores do TRE assistem ao vídeo para descobrir o que deu errado. TREs sempre assumem que erro humano foi a causa discordância.

As urnas eletrônicas selecionadas para os testes são coletadas no sábado antes das eleições e substituídas por outras urnas nas sessões eleitorais; são nessas urnas substitutas que as pessoas efetivamente depositarão eletronicamente seu voto. As urnas selecionadas são levadas aos TREs, onde os votos são inseridos em uma cerimônia pública realizada no dia da eleição, durante o horário de votação normal. Os testes são filmados e observados por pessoas não vinculadas ao TRE e por uma empresa de auditoria contratada pelo TRE. Se a contagem conhecida corresponder à contagem relatada pelas urnas, as urnas são consideradas aprovadas no teste.

W Œ }-i%ǎ]o } š } } š • š]v š P Œ] } u]} u š Œ]

Em resposta às críticas de que o procedimento era vulnerável a mecanismos de “dispositivos manipuladores”, em 2022, uma subamostragem das urnas não foi trazida aos TREs; em vez disso, essas urnas foram submetidas a testes paralelos no local das sessões eleitorais onde elas seriam usadas. Isso possibilitou o uso da biometria de eleitores reais durante a votação paralela. O restante das urnas foi testado normalmente nas sedes dos TREs, sem a biometria dos eleitores. Os eleitores foram convidados a “oferecer voluntariamente sua impressão digital” para operar as máquinas testadas, e podiam aceitar ou recusar esse pedido. O projeto-piloto do teste de integridade com biometria foi implementado em 19 capitais de estado e em Brasília, no Distrito Federal. Foi testado nessa metodologia um total de 58 urnas eletrônicas (8,74% da amostragem de 641 urnas).¹⁰⁵

¹⁰⁵ urnas- -100-de-

Eleitores observam o Teste de Integridade com biometria. Assim como o Teste de Integridade padrão, os votos simulados são gravados em vídeo e contabilizados em paralelo em um computador independente. Ao final do dia, os votos na urna eletrônica e no computador devem coincidir. Nesta versão piloto, eleitores de sessões eleitorais aleatórias foram convidados a usar sua biometria para autorizar o voto simulado, realizado por um servidor do TRE. No Teste de Integridade padrão, o servidor do TRE pula a ativação biométrica da urna eletrônica. A ideia dessa versão piloto é simular a votação em condições mais parecidas com as quais as urnas operam. O teste piloto aconteceu em centros de votação e eleitores puderam assistir o processo.

μ]š}Œ] } }o Ÿu μŒv μŒ vš ‰•• }] o] }

Segundo as práticas recomendadas internacionais, os observadores devem poder observar a contagem de votos.¹⁰⁷ O órgão de gestão eleitoral é responsável pelos processos de contagem que acontecem em cada nível. Em cada urna eletrônica, os votos são criptografados,¹⁰⁸ e as informações sobre votos e eleitores em cada máquina devem permanecer lacradas até o final da votação e início do processo de contagem.¹⁰⁹ Durante a transmissão dos resultados, a autoridade eleitoral também deve manter a segurança dos dados criptografados.¹¹⁰

No Brasil, as urnas eletrônicas geram um registro de votação com os totais de votos por candidato. Esse registro, o **boletim de urna**(ou BU), é impresso ao final da votação. As cópias dos boletins de urna são entregues aos mesários e observadores dos partidos e divulgadas publicamente na sessão eleitoral. Desde as eleições de 2016, a impressão dos boletins de urna também contém um código QR com os resultados, o que possibilita a leitura digitalizada. Os dados no código QR são assinados criptograficamente. O TSE disponibiliza um aplicativo de smartphone para leitura do código QR e verificação da assinatura, mas qualquer pessoa pode criar um software para fazer o mesmo.

Assim que as sessões eleitorais fecham no dia da eleição, a versão digital do boletim de urna (juntamente com o Registro Digital do Voto e um arquivo de log) é criptogra(i)TJ-0.-2.1 (e)0.9 (p)2.4 1 Tf0 Tc 0 Twŕ,listeic 0 Twŕ, (ze)0.9 (2.1 (os r)-2.6p)-3.3 (o Td(doP)-0..9 N

Qualquer partido interessado pode comparar os boletins de urna impressos às versões digitais publicadas on-line. Isso pode ser feito para sessões eleitorais individuais ou para verificar amostragens maiores de contagens paralelas em todo o país. As Forças Armadas organizaram uma contagem paralela em 2022 e auditaram uma amostragem de 385 boletins de urna. O TCU também fez uma auditoria semelhante, usando uma amostragem maior com 4.161 boletins de urna. Nem as Forças Armadas nem o TCU detectaram discrepâncias durante suas auditorias dos boletins de urna.

Boletim de Urna impresso no Teste de integridade. Os boletins são impressos em todas as urnas eletrônicas, tanto na abertura – para demonstrar que tem zero votos – quanto no encerramento, com os resultados.

W OE }] u v š } • μ-] š }] OE] } %o ••

Em um marcante contraste com os diversos procedimentos pré-eleições e no dia das eleições descritos acima, o TSE fez muito pouco em termos de procedimentos de auditoria pós-eleições. Como já informamos anteriormente, uma vez que não há comprovante em papel, não é possível realizar auditorias limitadoras de risco ou auditorias parciais de comprovantes em papel, em caso de resultados próximos. Da mesma forma, parece não haver um conjunto específico de regras para examinar as urnas eletrônicas após a eleição, caso os resultados sejam questionados.

Redes sociais

Υ μ ΟΕ} ο Ρ ο ΟΕ (ΟΕ v š] À μ ο Ρ } } v š . } (ο • } •] v (} ΟΕ u

De acordo com as normas internacionais para eleições democráticas, a proteção dos direitos humanos deve ser assegurada de forma igualitária. No nível mais geral, as normas de eleições democráticas determinam que o eleitorado tem o direito de receber informações precisas a fim de que possa tomar uma decisão informada¹¹², e que os cidadãos podem expressar livremente opiniões e pontos de vistas,¹¹³ incluindo a demonstração de apoio a qualquer candidato. Ao mesmo tempo, a liberdade de expressão pode ser restrita quando opiniões ou pontos de vista entram em atrito com outros direitos legalmente estabelecidos;¹¹⁴ além disso, a defesa de discursos de ódio pode ser proibida por lei.¹¹⁵ Além disso, os candidatos não podem ser expostos a difamação.¹¹⁶ Assim, a liberdade de opinião na internet e a proteção dos direitos humanos são duas metas em paralelo, e a restrição de qualquer aspecto desses elementos deve ser baseada na lei, proporcional e definida de acordo com as normas democráticas.¹¹⁷

As eleições dependem de informações que circundam o voto, e isso inclui informações on-line. Reconhecendo essa realidade, as principais normas eleitorais estão cada vez mais sendo aplicadas às mídias on-line¹¹⁸ e à internet, uma vez que a liberdade na internet é protegida e o ambiente on-line deve proteger e estar alinhado aos direitos humanos.¹¹⁹

Embora ainda estejam em desenvolvimento, as práticas recomendadas e as fontes de interpretação internacionais trazem algumas orientações com relação às abordagens que os órgãos de gestão eleitoral e outras partes interessadas podem adotar no intuito de combater a produção e disseminação de informações falsas e monitorar o conteúdo das redes sociais durante períodos de eleições. Nos casos em que ações forem adotadas, as autoridades reguladoras ou de monitoramento da mídia devem ser

¹¹² - # = k -h o K #) = -h o K " O ... u ...
pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclu
= k

¹¹³ \Vy h@#h " \- " #") = " # - u-) = " #-@#) = " y- # " 7
Rights (Carta dos Direitos Fundamentais), Art. 11(1)

¹¹⁴ \Vy h@#h " \- " #") = " -b)

¹¹⁵ \Vy h@#h " \- " #") = "

¹¹⁶ \Vy @ # # h k h @) # h " v ...

As eleições de 2022 foram inundadas por uma avalanche de desinformação, e o TSE considerava que faltava cooperação por parte de algumas plataformas de redes sociais. Com base nisso, o TSE decidiu, na reta final da campanha, aumentar ainda mais a própria autonomia na determinação de qual conteúdo deveria ser removido e na exigência de prazos de remoção mais curtos, por meio da Resolução nº 23.714/2022.¹²⁹ As empresas que não cumprem as ordens de remoção de conteúdo dentro de duas horas (no dia da eleição, o prazo é de apenas uma hora) são condenadas a pagar multa de R\$ 150.000 a cada hora de descumprimento e até 24 horas de suspensão do serviço. Anteriormente, o TSE já havia ordenado a suspensão do serviço de mensagens Telegram em março de 2022, por descumprir uma ordem judicial de remoção de conteúdo.

Em agosto de 2022, o TSE expulsou um militar da Comissão de Transparência das Eleições sem investigação prévia, alegando que ele divulgava desinformação nas redes sociais. Além disso, o TSE ordenou uma busca e apreensão na casa de cinco empresários que eram apoiadores de Bolsonaro, depois que um jornal brasileiro noticiou que um deles havia dito, em uma conversa privada num grupo do WhatsApp, que defendia um golpe de Estado caso Lula ganhasse.

De forma geral, o The Carter Center considera que, em vista dos crescentes desafios trazidos pela disseminação de informações falsas e desinformação nas eleições no Brasil, a abordagem brasileira é abrangente e pioneira. Ao mesmo tempo, o The Carter Center compartilha da mesma preocupação de diversos interlocutores: os poderes e as ações do TSE nesse espaço – ainda que



Figura 1: Interações totais dos Perfis do Facebook dos Candidatos do Primeiro Turno.

E œ œ ÿ à • •] v (} œ u } • } œ } • v] š } •

Embora a desinformação tenha mirado todos os personagens dessa campanha, ela fez duas vítimas principais: Lula e o TSE. Lula foi o alvo de metade das mensagens de desinformação, que tinham o objetivo de prejudicar a reputação dele (50,68%). A imagem religiosa de ambos os candidatos teve muito destaque ao logo da campanha. No segundo turno da eleição, as mensagens de desinformação representavam Lula como “satanista” e Bolsonaro como “canibal” e “pedófilo”.

Depois de Lula, o TSE foi o principal alvo. Uma a cada três mensagens de desinformação (34,15%) buscava desacreditar o processo e o presidente do TSE, que foi acusado de partidarismo e de censurar a campanha de Bolsonaro em favor de Lula (consulte a Figura 2).

O foco da desinformação era favorecer um candidato, que quase sempre era Bolsonaro. 90% das mensagens buscavam colocá-lo em posição de vantagem, fosse por meio de pesquisas de opinião favoráveis ou mostrando Bolsonaro como vítima das autoridades em posição de poder (consulte a Figura 3).

- Mais de 40% dessas mensagens mostravam as urnas eletrônicas como incapazes de registrar os votos ou suscetíveis a ataques de hackers.
- O suposto partidarismo do TSE e das autoridades eleitorais e pesquisas de opinião falsas representaram 40% das mensagens de desinformação destinadas a prejudicar o processo eleitoral.
- O TSE propôs que os militares auditassem o processo eleitoral durante o dia da votação, o que resultou nas primeiras mensagens sobre fraude envolvendo os militares (consulte a Figura 5).

No segundo turno, ocorreu uma mudança notável nas narrativas:

Figura 6: Narrativas de Desinformação (Segundo Turno)

As principais narrativas de desinformação espalhadas nas mídias sociais durante o segundo turno.

De 3 de Outubro a 1 de Novembro

Fonte: Veículos de checagem de informação: Agencia Lupa, Aos Fatos, Boatos.

K μ š Œ } •] u %o } Œ š v š • • %o š } • •] v (} Œ u } μ Œ v š u %o v Z

Apesar dos significativos avanços na tecnologia de áudio e vídeo, o método mais usado para disseminar informações falsas no Brasil era o conteúdo fora de contexto. Isso envolvia publicar uma afirmação falsa simples nas redes sociais, acompanhada por uma foto ou um vídeo retirado de contexto. Mais de metade das amostras analisadas pelo The Carter Center tinha essas características.

Embora nove pesquisas eleitorais independentes tenham projetado que Lula venceria a eleição no primeiro turno, isso não aconteceu, e ele terminou o primeiro turno apenas 5 pontos percentuais à frente de Bolsonaro. Esse erro de cálculo das pesquisas eleitorais alimentou nas redes sociais narrativas sobre um suposto conluio entre as pesquisas e a campanha de Lula. Isso também reforçou a imagem de Bolsonaro como uma vítima de poderosos que queriam tirá-lo do poder.

A observação eleitoral é relativamente nova no Brasil e foi regulamentada pela primeira vez em 2021,¹³⁰ quando o TSE iniciou uma convocação pública para observadores eleitorais das eleições de 2022.¹³¹

ã r(a)-03 ((õ5 -0.9 (ndo o8j)0.9 (i C)0.8 (ls(iss)-5.9 i2-)Tjw -29.0Td(p)-3.3 ist)-1.9 t)2.6 (idor)-2.6 (e)0.9 s3

Recomendações

A equipe de especialistas eleitorais do The Carter Center avaliou os principais aspectos do processo eleitoral brasileiro de 2022: o papel e a transparência dos sistemas de tecnologia de votação, o ambiente de desinformação nas redes sociais, o quadro legal que rege o uso da tecnologia de votação, iniciativas oficiais de combate à desinformação e a participação e inclusão de grupos vulneráveis. A análise se baseia no quadro legal brasileiro e nos princípios e compromissos das eleições democráticas, reconhecidos nas normas e práticas recomendadas internacionais. Com base nessa avaliação, o The Carter Center faz as seguintes recomendações para as autoridades e os cidadãos brasileiros, com o objetivo de aprimorar determinados aspectos dos futuros processos eleitorais. Algumas dessas recomendações visam garantir que os procedimentos eleitorais brasileiros estejam mais alinhados às normas internacionais e aos compromissos com eleições democráticas, enquanto outras

eleitoral. As partes interessadas no processo eleitoral e o público geral devem ter acesso às fontes primárias de informações,

O Carter Center em Resumo

O Carter Center foi fundado em 1982 pelo ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, e sua esposa, Rosalynn, em parceria com a Universidade de Emory, para promover a paz e a saúde em todo o mundo. Uma organização sem fins lucrativos e não governamental, o Centro ajudou a melhorar a vida de pessoas em mais de 80 países, resolvendo conflitos; avançando a democracia, os direitos humanos e as oportunidades econômicas; prevenindo doenças; e melhorando o cuidado com a saúde mental. Por favor, visite www.cartercenter.org para aprender mais